

Manif Nacional

todos a Lisboa!

10 JUL

Desfile para Assembleia da República

14h30

Participa!

**Defender a
Contratação
Colectiva!**



**Pré-concentrações:
M. de Pombal**

(Administração Pública central,
regional e local)

Cais do Sodré

(Sector privado, Empresarial
do Estado, Interjovem e
Inter-Reformados)

CONTRA O ROUBO DOS DIREITOS, SALÁRIOS E PENSÕES

O governo destruiu sectores produtivos, promoveu o desperdício dos recursos nacionais, alienou empresas e sectores estratégicos, transferiu instrumentos de gestão e planeamento económico nacionais para UE, tudo agravado com o Tratado Orçamental, originando estagnação e recessão económica, défices estruturais e público e dependência externa que fazem perigar a independência e soberania nacionais.

O estado de definhamento em que a política de direita mergulhou o país e as medidas de "austeridade" que foram impostas para aumentar a exploração dos trabalhadores e o empobrecimento do povo, agravaram todos os problemas sociais, reflectidos num desemprego crescente e no alastramento, sem precedentes, da pobreza, da miséria e da exclusão social.

**Afirmar os
valores de Abril!**

Não ao retrocesso social e civilizacional

Os trabalhadores, os reformados e pensionistas e os desempregados foram os mais sacrificados, com a redução da parte dos salários na distribuição do rendimento nacional, agravada com a: diminuição dos salários nominais na Administração Pública; o congelamento do salário mínimo nacional; a redução do poder de compra das pensões; o corte das prestações de desemprego; a continuação da redução do número de beneficiários de prestações sociais não contributivas, exemplo, abono de família.

O Governo aprovou o Documento de Estratégia Orçamental (DEO) que aponta o prosseguimento da política de direita, para o período 2014-2018, onde inscreve mais cortes de salários, pensões de reforma e na despesa social, em valor superior a 4 mil milhões de euros a concretizar em 2014 e 2015.

A chamada "reforma do Estado" é a intensificação da brutal ofensiva contra os trabalhadores da Administração Pública e as populações, a concretizar através de mais alterações da legislação do trabalho e do regime de aposentação, despedimento de milhares de trabalhadores da Administração Pública, uma nova versão de cortes nos salários e pensões, encerramento de serviços públicos e mais reduções nas funções sociais do Estado, em especial na Educação, Saúde, Segurança Social.

Defender a Contratação Colectiva

O Governo assumiu que não voltava a mexer na legislação laboral. **Mentiroso!**

Acaba de publicar, uma nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, homologada pelo apoiante Presidente da República, que aumenta os tempos de trabalho e reduz o número de dias de férias, fomenta a precariedade laboral, aprofunda a destruição dos regimes retributivos e de carreiras, acentua a retirada de direitos aos trabalhadores e estabelece, ainda, uma panóplia de normas inconstitucionais que representam um grave retrocesso social e civilizacional.

Apresentou na Assembleia da República novas propostas de lei para alterar o Código do Trabalho, para o sector privado, com o objectivo de apressar a caducidade das convenções colectivas e os direitos dos trabalhadores e prolongar a redução do valor do trabalho extraordinário, acentuando mais os desequilíbrios a favor do patronato.

No passado, outros Governos tentaram e não conseguiram. Também agora, os trabalhadores não vão deixar que os desejos deles se transformem em realidade.

A demissão do Governo e a convocação de eleições para devolver ao povo o poder de decidir sobre o seu futuro, mostram-se, na actual situação, imprescindíveis para viabilizar uma verdadeira política alternativa de Esquerda e Soberana, que valorize o trabalho e dignifique os trabalhadores.

Resistir à ofensiva laboral Assegurar os direitos dos trabalhadores

- Rejeitar as propostas de alteração ao Código do Trabalho, à Lei Geral do Trabalho em funções públicas e a Tabela Única;
- Reclamar o aumento dos salários, incluindo o aumento imediato do Salário Mínimo Nacional para 515 euros; a valorização efectiva das pensões, com o explícito compromisso de reposição imediata de todos os salários, pensões e direitos e prestações sociais roubados
- Combater os objectivos inscritos no documento da estratégia orçamental e da chamada "Reforma do Estado", contrapondo à fúria destruidora do Governo e às privatizações, a nacionalização das empresas estratégicas para o desenvolvimento do país, a luta pela defesa e recuperação dos serviços públicos e o reforço das Funções Sociais do Estado;
- Exigir a manutenção das 35 horas para todos os trabalhadores da Administração Pública, assim como a redução faseada de horários superiores àquele, sem diminuição do salário, para os trabalhadores dos restantes sectores de actividade;
- Exigir a revogação das alterações que restringem a publicação de portarias de extensão das convenções colectivas;
- Exigir o reforço dos meios e capacidade de intervenção da ACT e da CITE, para assegurar uma melhor fiscalização e controlo do cumprimento da lei e medidas que melhorem o funcionamento dos Tribunais do Trabalho e do Comércio;
- Fazer respeitar o direito à formação profissional,
- Exigir medidas para reduzir a sinistralidade laboral.

**GOVERNO
RUA!**

CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO!

DERROTAR O GOVERNO! ELEIÇÕES ANTECIPADAS!

